

O Brasil valoriza a agenda ESG

» RUY ALTENFELDER — Advogado, é presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas
» CLAUDIA BUZZETTE CALAIS — Diretora-executiva da Fundação Bunge

A cena do presidente Lula subindo a rampa do Palácio do Planalto acompanhado por representantes da população brasileira, os quais, logo em seguida, lhe entregaram a faixa presidencial, é daquelas imagens que já nasceram históricas e indica de maneira simbólica, porém enfática, que um conjunto de pautas ligadas aos direitos das populações minorizadas, ao meio ambiente e à inclusão social voltou a ser prioridade para o Estado brasileiro.

Se as intenções anunciadas se concretizarem, o país só tem a ganhar, inclusive do ponto de vista econômico. A agenda ESG (ambiental, social e de governança) tem hoje importância enorme para empresas e investidores internacionais. O governo brasileiro acerta, portanto, ao enviar mensagem clara de que estará comprometido com os valores condensados na sigla.

Poucos países têm o protagonismo do Brasil nas discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade. Somos detentores da maior parte da Floresta Amazônica e temos uma das mais produtivas agriculturas do mundo, ambos elementos fundamentais para a garantia da segurança alimentar das próximas gerações.

A irresponsabilidade com que a questão ambiental foi tratada em tempos recentes começou a ameaçar até mesmo nossas exportações, já que praticamente nenhuma grande economia quer se

associar a nações que desrespeitam regras de preservação ambiental ou que são responsáveis por agressões aos povos originários.

O agro moderno, protagonista no mercado global, é aquele que cresce sem desmatar, investindo em tecnologia para aumentar a produtividade e para isso pode contar com as universidades públicas brasileiras que são centros mundiais de referência em agronomia e inovação. É também aquele que integra as comunidades que vivem no seu entorno, estimulando o fortalecimento das cadeias produtivas regionais.

Do ponto de vista da agenda social, é preciso que o governo priorize a tarefa de refundar o pacto federativo da educação como estratégia para tirá-la do abandono vivido nos últimos anos e para combater o desemprego dos jovens. Atualmente, mais de 20% dos brasileiros com 15 a 29 anos não estudam nem trabalham. Incorporar esses jovens à população economicamente ativa passa, por exemplo, por fortalecer o ensino técnico de maneira estratégica. E a empregabilidade precisa ter atenção especial com grupos minorizados, como mulheres, negros, indígenas e pessoas LGBTQIAP+. Esse é um campo no qual a iniciativa privada pode intervir de maneira muito mais contundente, promovendo processos seletivos mais inclusivos e apoiando o desenvolvimento pessoal e profissional de colaboradores.

Por fim, o tripé do ESG fala em ampliar os

mecanismos de governança, e o governo dá bons sinais de que esse preceito terá espaço na esfera pública. Destaco aqui a retomada dos conselhos participativos que incluem a sociedade civil, ferramentas cruciais para o acompanhamento de quaisquer políticas públicas.

Na primeira semana de mandato, o presidente chegou a dizer que seu governo não precisará de “tapinha nas costas”, mas de cobrança. Espera-se que essa postura vá além das palavras, com uma administração disposta a escutar e incorporar as críticas e colaborações da sociedade civil. Esta, por sua vez, deve se manter permanentemente mobilizada para fiscalizar as autoridades e aperfeiçoar o desenho de nossas políticas públicas e instituições e não para destruí-las. O que aconteceu em Brasília na última semana precisa ser extirpado da nossa sociedade. Atitudes como as que vimos não agregam, separam e remam a favor do Brasil.

Ainda é cedo para dimensionar a real importância que o governo dará às práticas de ESG. Mas destacamos que um Estado comprometido com uma agenda ambiental, de combate às desigualdades e de aprimoramento dos mecanismos de governança certamente contribui para uma maior inserção das empresas brasileiras, de todos os setores, nos principais mercados mundiais.

Algoritmos para combater a pobreza

» BRUNO MENESES LORENZETTO
Doutor em direito, professor de direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e dos cursos de curta duração ofertados pela Escola de Direito da PUCPR

A Constituição brasileira traz no inciso III de seu artigo 3º que a erradicação da pobreza é um dos objetivos fundamentais da República. Sabe-se que não existe apenas uma resposta política para atender ao programa normativo trazido pelo constituinte. Considerado, contudo, o lugar que a Constituição ocupa em nosso ordenamento jurídico, de documento que organiza e norteia o funcionamento do próprio direito brasileiro, bem como a sua incontestável força normativa, entende-se que tais diretrizes não podem ser ignoradas pelo Estado.

Tanto que em 2004 o Poder Legislativo cumpriu a sua função regulamentar ao editar a Lei 10.835, que instituiu a renda básica de cidadania. A legislação trata, em termos genéricos, da garantia de um benefício monetário para todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros que aqui vivem há cinco anos, prevendo que a abrangência seria dada em etapas, com prioridade para as camadas mais necessitadas da população, além de facultar a sua operacionalização ao Poder Executivo. A lei também procurou estabelecer um plano financeiro a ser realizado a partir de 2005, mas é sabido que isso não foi implementado.

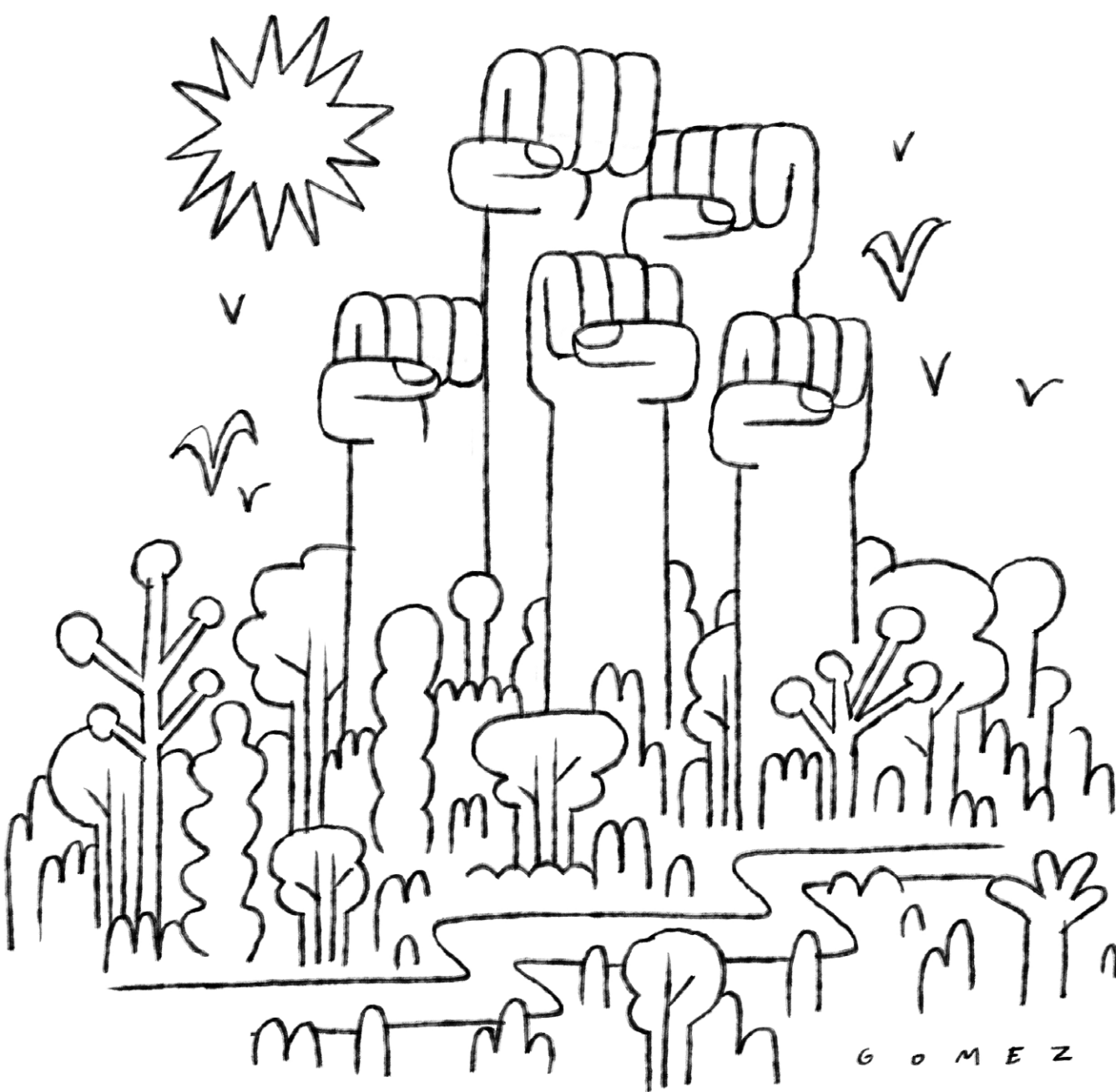
A ideia de garantir uma renda básica para pessoas pobres não é nova. Ela já teve defensores em diferentes países, de distintos espectros ideológicos. No Brasil, apesar de não ter dado efetividade à lei da renda básica de cidadania, Lula amalgamou programas sociais do governo de Fernando Henrique Cardoso e criou o Programa Bolsa Família, que cumpre o papel de redistribuição, ainda que com condicionantes. Tal programa passou a ser considerado um importante marco na redução da pobreza no país, vez que a redistribuição é um tema que está no cerne dos debates sobre o conceito de justiça.

Os defensores da renda básica entendem que se trata de um programa fundado em valores éticos, pois ajudar outras pessoas a sair de sua condição de privação seria justificável eticamente. Não se ignora, entretanto, que não são todos que concordam com tais programas. Além disso, internamente há importantes debates que são realizados sobre quem deve receber, quando, por quanto tempo.

Ao considerar o problema da definição de critérios internos para a promoção da distribuição de renda, apresenta-se, aqui, uma ferramenta que pode auxiliar no aprimoramento de tal atividade: os algoritmos. Vive-se um momento em que grande atenção é dispensada às transformações que novas tecnologias passaram a promover nas relações intersubjetivas.

Nos últimos anos, as pessoas mudaram de maneira expressiva suas interações com o mundo, em particular com o trabalho, em razão da era digital. Há quem estipule que, no futuro, teremos problemas agudos de desemprego por conta da substituição progressiva de pessoas pelas máquinas. A renda básica, nesse caso, seria a solução para a manutenção da economia e para auxiliar as pessoas.

Defende-se, portanto, a confluência da tecnologia e do uso de algoritmos programados com cuidados éticos e com controle sobre potenciais preconceitos para o aprimoramento dos critérios dos programas de redistribuição de renda. Reconhece-se a existência de inúmeros desafios dos dois lados. Contra a pobreza e o desemprego, porém, devemos usar a tecnologia e as políticas públicas sob o norte dos princípios constitucionais, como o da garantia de um mínimo existencial para todos.



O futuro do trabalho já começou?

» MARIA AUGUSTA OROFINO
Palestrante e autora dos livros Liderança para inovação e Metodologias ágeis

Estamos vivenciando incontáveis mudanças históricas na forma de trabalho. Os aplicativos de delivery de comida e transporte de passageiros são alguns exemplos disso. Quem imaginaria há 10 anos que esses serviços teriam tanto sucesso como fazem hoje? Isso se deve à praticidade e agilidade que agregam ao dia a dia, entre outros fatores que as pessoas procuram atualmente.

Mesmo com tantos avanços tecnológicos, a forma de trabalhar era diferente antes da pandemia. Esse cenário acabou forçando, de uma forma ou de outra, as empresas a repensarem seus modelos de negócio, formas de trabalho e a cultura organizacional.

A cultura organizacional consiste em um conjunto de normas e valores que direcionam o negócio. Na prática, também inclui benefícios trabalhistas, costumes, além de como é feita a divulgação externa. É importante que a cultura organizacional seja forte para gerar um sentimento de pertencimento aos colaboradores e motivar o time como um todo.

Novas formas de trabalho requerem capacitação, já que ocorrem diversas mudanças em um curto espaço de tempo. Porém, é comum o pensamento de que somente as áreas como vendas e marketing precisam de capacitação. Pelo contrário, um bom treinamento vem de cima para baixo, isto é, começando

pelos executivos. Muitos têm o desejo de inovar, mas demonstram algumas resistências.

Um passo importante é rever os processos. Inovação não significa que é necessário abandonar tudo que já deu certo no passado, mas sim passar a considerar o modelo ambidestro, que tanto atende os processos do dia a dia como a inovação. Essa transição é necessária e precisa ser feita de forma gradual e segura para manter o negócio.

Ao comentarmos o futuro do trabalho, inevitavelmente vem a questão da tecnologia, algoritmos e robótica. Por mais que sejamos substituídos em tarefas rotineiras e assim deve acontecer, destaco que essas máquinas em todas as suas variações não conseguem, como as pessoas, ter empatia nas diversas situações que passamos no dia a dia. As evoluções tecnológicas otimizam processos, mas aspectos criatividade, resiliência, ética e emoção são capacidades apenas humanas.

É importante falarmos também sobre as novas formas de trabalho que estão surgindo. A pandemia apresentou para muitos brasileiros a possibilidade do trabalho remoto e isso está se tornando cada vez mais relevante na busca por emprego. Atuar de qualquer lugar também está diretamente ligado à saúde mental dos trabalhadores, já que significa também menos horas de trânsito, mais tempo para ficar com

a família e mais qualidade de vida. A autonomia do profissional é um ponto muito importante quando falamos do futuro do trabalho. Segundo uma pesquisa realizada pela Sodexo, 91% dos brasileiros afetados pela pandemia estão dispostos a receber ajuda de suas empresas em relação à saúde mental.

De acordo com o relatório *O futuro do trabalho no Brasil*, elaborado pela IDC a pedido do Google Workspace, 59% das pessoas entrevistadas sugerem o formato híbrido para o trabalho pós-pandemia, sendo que a adesão é ainda maior (76%) quando consideramos os jovens de 18 a 21 anos. Uma das características que regem o trabalho híbrido ou totalmente remoto é a colaboração entre a equipe, já que as empresas são feitas por pessoas, e nós precisamos de momentos de interações e trocas de ideias para tornar o trabalho fluido.

Outro ponto a ser discutido quando falamos do futuro do trabalho é a quantidade de dias trabalhados. Países como Bélgica e Reino Unido já estão considerando testar a semana de quatro dias, sendo que o foco principal dessa mudança é aumentar a produtividade. Por esse e diversos fatores, percebemos que o futuro do trabalho tem uma atenção maior com o bem-estar dos trabalhadores, o que é muito importante para formar equipes de alta performance.